PSTU
Opinião socialista
Ano IX Edição 166
De 12 a 27/02/2004
Contribuição: R$ 2,00

NOVO PARTIDO

ATIVISTAS DEVEM SE PRONUNCIAR CONTRA A DIVISÃO DO MOVIMENTO

PÁGINA 3

TRABALHADORES AFUNDAM EM ENCHENTES E DESEMPREGO

ENQUANTO ISSO, O GOVERNO PAGA R$ 145 BILHÕES AOS BANQUEIROS

FALA ZÉ MARIA E PÁGINAS CENTRAIS

O QUE SE DISSE

“Sabemos que temos de cuidar disso antes das chuvas. Sabemos onde há áreas de risco. Vamos atacar.”

LULA,
em Petrópolis (RJ), em 2003, prometendo se antecipar às chuvas e evitar enchentes neste ano

NOTAS

GAROTOS PROPAGANDA DO CAPITAL

O presidente nacional da CUT, Luiz Marinho, vem mesmo se especializando em ser garoto propaganda do capital. Depois de fazer propagandas para uma universidade privada em São Paulo e assinar convênios de empréstimo com desconto em folha com bancos - como Itaú, Bradesco e Santander - o presidente da CUT, novamente, empresta seus "dotes publicitários" para promover o capitalismo. Desta vez Luiz Marinho, acompanhado pelo presidente da CUT/SP, Edílson de Paula, resolveu visitar a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Durante a visita, realizada no dia 20 de janeiro, os dois declararam que a entidade deve ser um instrumento de aperfeiçoamento das relações entre capital e trabalho e, ainda prometeram o estabelecimento de uma parceria da entidade com a Bovespa, dizendo que estão dispostos a incentivarem os trabalhadores a investirem em ações na bolsa.

Saudada como "histórica" pela diretoria da Bovespa, a iniciativa de Luiz Marinho constituí mais um passo para fortalecer a prática do sindicalismo de negócios, defendida pela maioria da direção da central. A visita ao covil da especulação deve ser amplamente repudiada por todos aqueles que defendem um sindicalismo independente e comprometido com a luta dos trabalhadores.

MANIFESTAÇÃO NA VISITA DE LULA A EMBRAER REIVINDICA EMPREGO E MORADIA

Cerca de 300 manifestantes, entre trabalhadores da Tectelcom/Tecsat, da Ambev e sem-teto, realizaram um protesto na manhã do dia 9, em frente à Embraer, em São José dos Campos (SP), durante uma solenidade que contou com a presença do presidente Lula.

Os manifestantes entregaram cartas e manifestos à assessoria da Presidência da República, com reivindicações dos trabalhadores da Tectelcom, (empresa que decretou falência na semana passada), a ameaça de desemprego que também paira sob a Ambev de Jacareí e a situação dos sem-teto em São José dos Campos. "Queremos que o governo federal intervenha para acabar com o drama de milhares de trabalhadores, que hoje enfrentam o desemprego e o desrespeito aos seus direitos", disse o presidente do Sindicato, Luiz Carlos Prates, o Mancha.

EDITORIAL

Sem romper com a Alca e o FMI, toda promessa de emprego é propaganda enganosa

Começa a cair a ficha, em setores cada vez mais amplos da população trabalhadora, que as mudanças prometidas pelo governo Lula não virão. Isso é o que demonstra a última pesquisa de opinião, na qual a aprovação do governo caiu de 45 para 39% desde o início do governo. A frustração cresceu. Em 2003, 64% dos entrevistados achavam que as promessas estavam sendo cumpridas. Agora, 48% ainda acreditam nisso.

Nas eleições de 2002, o PSTU alertou: “Sem romper com a Alca e o FMI, toda promessa de emprego é propaganda enganosa”. Hoje, as esperanças diminuem e cresce a insatisfação com o governo. Não é para menos, para quem prometeu 10 milhões de empregos e produziu mais 500 mil desempregados, conseguiu solapar em pelo menos 13% a renda dos trabalhadores, a ponto de derrubar em mais de 5% as vendas de bens não duráveis e semi-duráveis, ou seja, comida e vestuário, até que o povo ainda está tendo paciência demais.

A mídia e o governo vinham tentando realimentar as expectativas, martelando que a alta na Bolsa de Valores, a diminuição do risco país e o aumento das exportações levariam o país ao “espetáculo do crescimento”. Nos últimos dias, até mesmo essas supostas “vitórias” de Lula e do FMI se desmancharam no ar. O mercado ficou “nervoso”. Na verdade, um mero espirro na economia dos EUA – um possível aumento dos juros por lá – provocou a saída de capitais daqui. Apesar das declarações do governo, de que “valeu o sacrifício em 2003”, e do clima de “agora vai”, o tal “equilíbrio” econômico se revelou um fiasco, demonstrando o grau de dependência e falta de soberania do país. Para acalmar o mercado, o governo anunciou um contingenciamento de mais 6 bilhões de reais do Orçamento para o pagamento da dívida.

Chega de desemprego, arrocho e reformas neoliberais

Mesmo que se cumpra a previsão do governo, de 3,5% de crescimento econômico neste ano, o que já é muito pouco, a vida dos trabalhadores e do povo não vai melhorar. Pois o governo está comprometido com banqueiros, grandes empresários e seus partidos e, sobretudo, com o FMI e, portanto, com o aprofundamento da política econômica de Collor e FHC.

As conseqüências dessa política são mais desemprego, reformas neoliberais e arrocho, como na proposta de aumento de 1,9% do salário do funcionalismo. Uma verdadeira provocação.

Por falar em provocação, José Dirceu, que um dia lutou contra o acordo MEC-USAID (que a ditadura assinou com os EUA para impor o ensino pago no Brasil) disse que “o pau vai comer” na reforma Universitária, prometendo fazer a reforma dos sonhos do Banco Mundial. Além disso, o governo vai tentar apressar a aprovação da reforma Sindical, para pavimentar o caminho para a retirada dos direitos dos trabalhadores com a Trabalhista. Tudo isso com a mais completa colaboração da CUT.

Nas lutas, fora a Alca e o FMI

Por outro lado, já começa a ganhar força a luta contra as reformas. Prova disso é a grande adesão ao Encontro Sindical Nacional que vai ocorrer em Brasília, nos dias 13 e 14 de março. Também cresce a mobilização dos servidores. Nos próximos dias serão realizadas assembléias e plenárias em todo o país para reafirmar as reivindicações, votar um calendário que aponte a greve. E, sem dúvida, haverá forte reação contra a reforma Universitária.

É necessário que os setores combativos do movimento impulsionem com toda força essas campanhas e busque unificá-las. Bem como se faz necessário impulsionar as lutas por salário, terra ou moradia. Em todas essas lutas, no entanto, é fundamental levantar a campanha pela ruptura com o FMI, o não pagamento da dívida externa e contra qualquer Alca.

FALA ZÉ MARIA

Lei de Responsabilidade Fiscal impede prevenção de enchentes

A tragédia causada pelas enchentes expõe definitivamente a verdadeira situação de miséria e descaso dos governantes nas grandes cidades. O que vimos foi a repetição de cenas que, todos os anos, deixam milhares de pessoas desabrigadas. Desta vez, mais de 104 mil pessoas perderam suas casas. Na sua imensa maioria, trabalhadores pobres ou desempregados, que são obrigados a habitar áreas de risco, pela total impossibilidade de morar num local seguro.

É um verdadeiro absurdo querer culpar as “forças da natureza” pelas tragédias causadas pelas enchentes, como fez a prefeita Marta Suplicy. O que todos os governantes tentam esconder é que o principal responsável pela repetição dessas tragédias é a falta de investimentos em habitação, saneamento e infra-estrutura, necessários para evitar as enchentes.

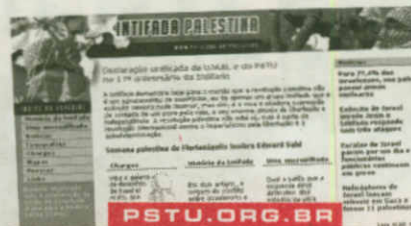
Por isso, as declarações de Lula soam como demagogia. Em visita às famílias, ele responsabilizou o poder público por não ter, historicamente, tratado os pobres com decência, prometendo criar condições para que, no ano que vem, o povo não seja vítima outra vez.

No ano passado, Lula prometeu a mesma coisa quando as enchentes castigavam o Rio de Janeiro. O que Lula não diz é que, com a manutenção da política econômica do FMI, ele não acabará com o flagelo das moradias em áreas de risco e com a tragédia das enchentes.

No mesmo dia em que famílias e bairros inteiros estavam embaixo d’água, os principais jornais do país estampavam manchetes divulgando dados referentes aos bilhões de dólares enviados pelo governo aos banqueiros para pagar a dívida externa. As verbas dos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional, destinadas a investimentos de infra-estrutura, e que deveriam prevenir enchentes, foram as que mais sofreram cortes para fazer caixa para o FMI.

As prefeituras, por sua vez, como a de São Paulo, por exemplo, governadas ou não pelo PT, seguem outro “mandamento” do FMI: respeitam e defendem a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prioriza o pagamento da dívida aos banqueiros e não os gastos sociais.

Para que o povo pobre não continue naufragando em enchentes, é preciso acabar com a lei de Responsabilidade Fiscal e toda a política econômica do FMI, aplicada por Lula.

SUMÁRIO

Site do PSTU inaugura especial Intifada palestina

*O especial no site traz notícias sobre a luta do povo palestino, além de um vasto conteúdo sobre o tema. Em **www.pstu.org.br/palestina**, você encontrará artigos, mapas, poesias, um histórico da Intifada, além de galerias de charge e de fotos. Intifada Palestina conta ainda com textos enviados pela União da Juventude Árabe para a América Latina (UJAAL).*

EXPEDIENTE

Opinião Socialista **é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**
CNPJ 73.282.907/0001-64
Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: ***opiniao@pstu.org.br***
Fax: (11) 5575-6093

EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, Eduardo Almeida, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates 'Mancha', Nando Poeta e Valério Arcary

REDAÇÃO
André Valuche, Jeferson Choma, Luiza Castelli, Rodrigo Ricupero, Wilson H. Silva, Yuri Fujita, Valério Paiva

PROJETO GRÁFICO
Gustavo Sixel

DIAGRAMAÇÃO
Marcelo Bertolo e Gustavo Sixel

FOTOGRAFIA
Alexandre Leme, Ana Luisa Martins, Sérgio Koei

CAPA
Enchente em Vila Prudente, São Paulo.
Foto de Wladimir de Souza

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Adilson dos Santos, Américo Gomes, André Freire, Asdrúbal Barbosa, Diego Cruz, João Sol, Paulo Aguena, Rachel Xavier, Rodrigo Ávila

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

ASSINATURA

"ESQUERDA SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA" REAFIRMA DIVISÃO

PAULO AGUENA,
da Direção Nacional do PSTU

No dia 10 de fevereiro, Zé Maria, presidente do **PSTU**, esteve reunido com Heloisa Helena para levar a resposta do *Movimento do Novo Partido Socialista* à senadora e ao ex-deputado Milton Temer, sobre a pré-condição que eles impunham ao **PSTU** e demais organizações para conformar um Movimento Unitário.

A senadora e representantes das mesmas organizações que coordenaram a Plenária do dia 9 de fevereiro, no Rio, receberam Zé Maria, que lhes entregou a "Carta Aberta", na qual está expressa a preocupação de garantir a unidade do movimento e a defesa de que não haja vetos e nem pré-condições.

A "Carta" chama ao debate franco, na base, com a participação dos milhares de militantes socialistas que querem construir o Movimento pelo Novo Partido.

A reunião confirmou que Heloisa Helena e a coordenação da *Esquerda Socialista e Democrática* não aceitam a unidade e fecharam questão sobre o veto ao **PSTU** e aos setores que querem debater.

Nas palavras de Zé Maria: "*A reunião confirmou as piores expectativas. Os companheiros reafirmaram a posição, dada como fechada, de encaminhar a construção do seu movimento excluindo os setores que não concordam com suas opiniões. Nas palavras deles, definiram não participar das atividades que o Movimento por um Novo Partido Socialista está organizando, nem querem que estejamos presentes em suas atividades. Alegam que essa posição é 'democrática', um direito que eles teriam de construir um partido 'com quem eles quiserem', sem dar importância para o crime político que isso significa.* ***Isso impõe uma divisão nos esforços para construir o novo partido o que pode comprometer esse projeto ou pelo menos atrasar consideravelmente a sua construção. É mais importante para eles os interesses políticos de seus grupos, do que a necessidade da classe trabalhadora brasileira, que precisa de um partido socialista, que seja um instrumento político para a luta contra o governo Lula e por uma transformação socialista***".

LUTA PELA UNIDADE NÃO TERMINOU. TODOS OS ATIVISTAS QUE DESEJAM UM MOVIMENTO UNITÁRIO DEVEM SE PRONUNCIAR

Isso mostra que, para os companheiros, o tema das "tendências permanentes" é só um pretexto que tenta esconder um debate mais profundo: queremos um Novo Partido para a revolução socialista ou só para conformar uma oposição eleitoral anti-neoliberal ?

Mas a luta pela unidade não terminou. Todos os ativistas que desejam um movimento Unitário devem se pronunciar. Todos os que defendem que o Novo Partido não deve repetir o PT devem se engajar na divulgação da "Carta Aberta" e, também, nas plenárias do *Movimento por um Novo Partido Socialista* nos diversos estados. ■

Leia a 'Carta Aberta' no site www.movimentonovopartido.org.br

No Rio, veto polariza a plenária

ANDRÉ FREIRE,
do Rio de Janeiro (RJ)

Os mesmos setores que estiveram na reunião do dia 19 de janeiro, organizada pela senadora Heloisa Helena e Milton Temer, convocaram uma plenária no dia 9 de fevereiro. O **PSTU** e outras organizações vetadas no dia 19 enviaram uma delegação, com objetivo de restabelecer a unidade do *Movimento por um Novo Partido*. Na plenária, porém, as correntes MTL, MES, CST e o ex-deputado Milton Temer confirmaram o veto ao **PSTU** e às outras organizações.

O **PSTU** tomou a palavra, propondo o fim dos vetos, das pré-condições e a garantia de um movimento unitário, onde todas as posições possam ser debatidas e as decisões tomadas democraticamente. O **PSTU** se compromete com decisões tomadas em fóruns democráticos, mas não em reuniões com 30 pessoas.

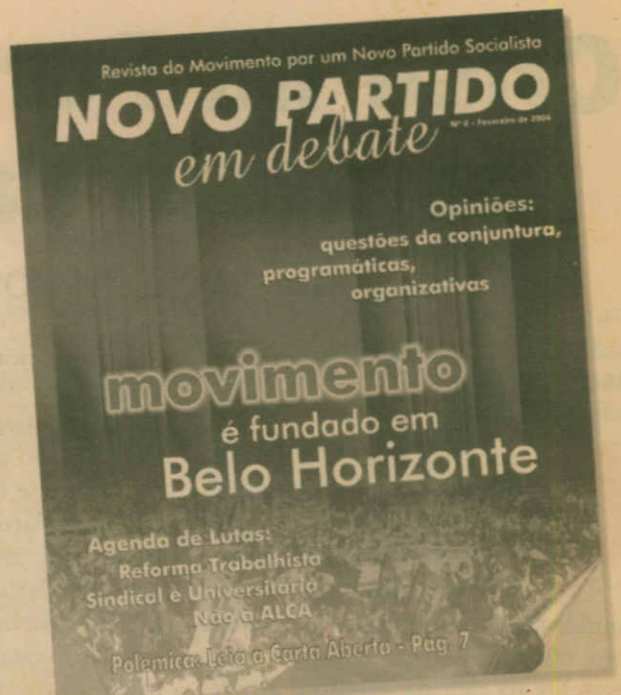
Confirmando o que estamos afirmando, de que o debate mais importante nesse momento não é sobre o funcionamento, e sim sobre o programa, estratégia e objetivos, o intelectual Carlos Nelson Coutinho — que expôs os objetivos deste Novo Partido na Plenária — reafirmou com clareza que, para os companheiros, o grande objetivo seria lançar candidatura em 2006.

No texto político-programático lançado no dia 19 de janeiro, os companheiros já não explicitavam com clareza uma estratégia revolucionária ou de ruptura, mas posições difusas que apontam para a estratégia de conformar um Novo Partido de oposição ao governo, porém nos limites do regime democrático-burguês ou da institucionalidade vigente, enfim, um partido para as eleições: um novo PT.

Estas correntes se recusam a encarar este debate de fundo e querem tentar parecer que toda a discussão se resume ao problema do funcionamento, das tendências permanentes. Reafirmaram que este é o centro, e que esta definição é uma "cláusula pétrea" (que não poderá ser debatida na base): o novo partido terá de ser formado por tendências permanentes, aos moldes do PT.

Nós também defendemos a existência de tendências. No Movimento por um Novo Partido, (antes da formação do partido) nós propomos o funcionamento sem nenhum centralismo e, se necessário, por acordo. Mesmo depois de formado o partido, por vários anos até que exista um acordo programático de fundo, devem seguir existindo as tendências permanentes. Depois que haja uma compreensão programática comum, as tendências, ao nosso ver, devem existir na preparação dos congressos e se dissolver depois deles, para evitar transformar o partido em uma frente de correntes, que dá liberdade aos parlamentares fazerem o que bem entender, em detrimento da militância de base e das decisões tomadas coletiva e democraticamente em congressos.

Mas achamos que esta não é a discussão mais importante. O fundamental é que o Novo Partido deve ter uma estratégia revolucionária. É isso que define como deve funcionar este partido. E mais: defendemos a necessidade de um Movimento unitário, pois somente isto possibilitará aglutinar a militância dos movimentos sociais para todos juntos debatermos e decidirmos que tipo de novo partido necessitamos.

Querer impedir a unidade e o debate na base é um enorme ataque ao projeto do Novo Partido. Reafirmamos o chamado para que os companheiros participem de forma unitária da construção do Movimento do Novo Partido. ■

Lançada revista "Novo Partido em Debate"

ANDRÉ VALUCHE,
da redação

Uma publicação para contribuir e avançar no debate do ***Movimento Por um Novo Partido Socialista***, esse é o objetivo da revista *'Novo Partido em Debate'*.

A revista é uma das resoluções da plenária de Belo Horizonte, durante o Fórum Social Brasileiro, quando mais de 500 pessoas, entre lideranças dos movimentos, intelectuais e militantes de agrupamentos socialistas lançaram o ***Movimento por um Novo Partido Socialista***.

Ela pretende trazer os debates necessários para que se possa ter uma compreensão comum das tarefas e dos acontecimentos. Neste número, estão sendo publicadas as contribuições iniciais para essa discussão. A revista espelha o princípio inaugural do próprio movimento: uma revista aberta à expressão de todos quantos queiram somar e unificar a energia e a vontade transformadora dos socialistas brasileiros.

Ela traz temas como programa, concepção e organização do Novo Partido. O leitor ainda vai encontrar artigos sobre as "reformas" Sindical, Trabalhista e Universitária; debates sobre os movimentos de mulheres, negros e GLBT; a *"Carta de Belo Horizonte"*, que lançou o Movimento, e a *"Carta Aberta"* aos companheiros da *Esquerda Socialista e Democrática*, em defesa de um Movimento Unitário.

REVISTA NOVO PARTIDO EM DEBATE
64 páginas, R$ 5,00
Pedidos pelo e-mail:
secretaria@movimentonovopartido.org.br

PLENÁRIAS

RIO DE JANEIRO
14/02 - 14h, no auditório 11 da UERJ

SÃO PAULO
14/02 - 14 h, Salão Nobre da Câmara Municipal

BELO HORIZONTE
13 e 14/02 - 19h, na Sociedade Mineira dos Engenheiros

GOIÂNIA
17/02 - 19h, auditório do CEFET

PORTO ALEGRE
10/03 - 19h, Faculdade de Economia da UFRGS

Crise na Parmalat evidencia castelo de areia da economia capitalista

MULTINACIONAL DÁ CALOTE NOS TRABALHADORES E FRAUDA BALANÇO PARA ACOBERTAR DESVIO

DIEGO CRUZ,
de Bauru (SP)

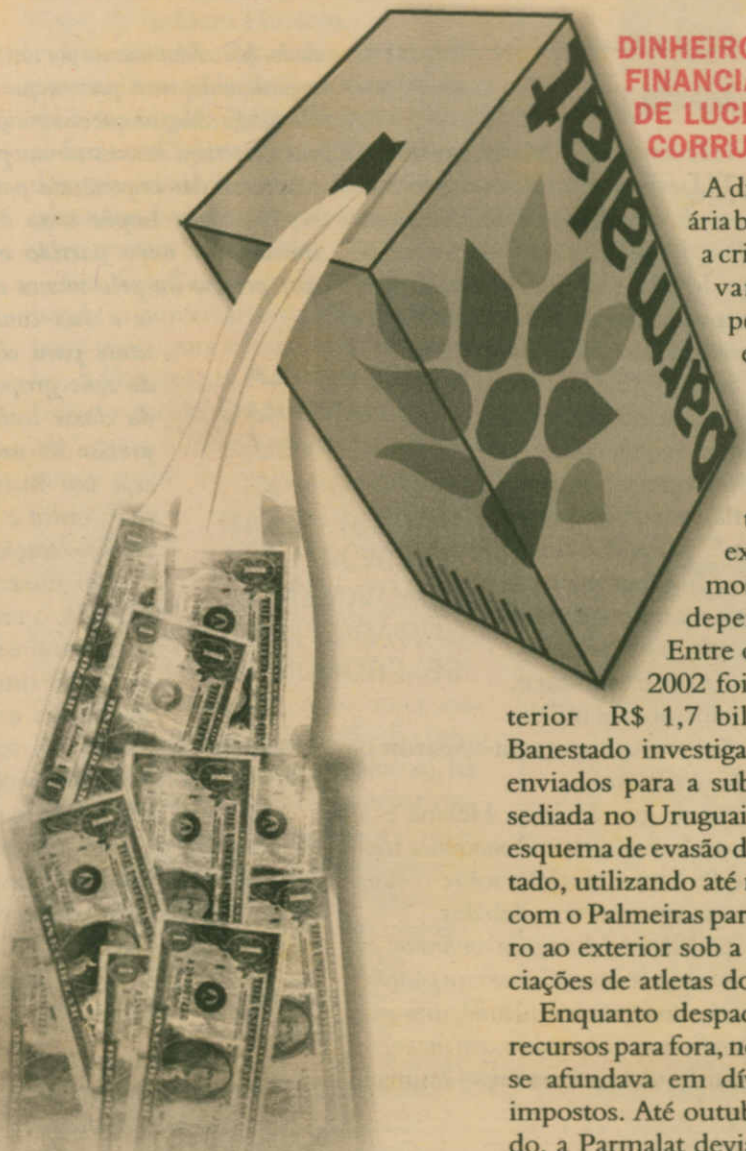
O recente escândalo da Parmalat trouxe à tona, mais uma vez, o caráter corrupto dos mercados financeiros e das grandes corporações capitalistas. A empresa que surgiu nos anos 60, em Parma, expandiu seus negócios na década seguinte através de subsídios da União Européia, e com as facilidades proporcionadas pelos paraísos fiscais. Instalou-se no Brasil em 1972, indo depois para outros países da América Latina. Na década de 90, no auge do neoliberalismo, a multinacional abriu seu capital, afirmando-se como um modelo de empresa globalizada.

BNDES EMPRESTOU QUASE 26 MILHÕES DE REAIS À PARMALAT, DOIS MESES ANTES DA REVELAÇÃO DA FRAUDE

Formou-se, então, uma intricada rede de subsidiárias, incluindo empresas fantasmas em paraísos fiscais, principalmente nas Ilhas Cayman. A multinacional diversificou seus investimentos e se tornou uma das principais empresas alimentícias do mundo, líder em vendas. Uma semana antes do escândalo que evidenciou toda a fraude, suas ações estavam entre as mais recomendadas. O anúncio do rombo nas contas da Parmalat, em dezembro, deixou perplexos investidores de todo o planeta e trouxe a lembrança de fraudes contábeis de grandes empresas, como a Enron e a WorldCom, dos EUA.

UMA SÓRDIDA HISTÓRIA DE DESVIOS, FRAUDES E MENTIRAS

A desconfiança sobre a empresa italiana iniciou quando a Parmalat investiu US$ 500 milhões em um fundo de investimento nas Ilhas Cayman. Pressionado por investidores da empresa que se opunham ao negócio, o fundo declarou não ter recursos para pagar o investimento que acabara de ser feito. Agências de risco acionaram a luz vermelha para a multinacional, enquanto esta tentava acalmar os mercados através de um documento atestado pelo Bank of America, anunciando possuir reservas para cumprir todas as pendências com acionistas. Quando já era evidente a bancarrota da empresa, o Bank of America declarou que o documento divulgado pela Parmalat se tratava de uma grosseira falsificação. Porém já era tarde, ninguém acredita que uma fraude destas proporções pudesse ser acobertada por apenas uma empresa. O caso evidenciou as intrínsecas relações espúrias entre empresas e instituições financeiras na manipulação de balancetes e fraudes.

Como já não dava mais pra esconder, a multinacional confessou um rombo de US$ 5 bilhões. O presidente e fundador da Parmalat, Calisto Tanzi, foi afastado e preso com outros 11 dirigentes da empresa. O governo italiano interveio e nomeou o especialista em empresas insolventes, Enrico Bondi, para presidir a empresa. A partir daí foram descobertos desvios de recursos para contas pessoais de Tanzi e de empresas ligadas a ele. Acredita-se que o ex-presidente da multinacional italiana tenha desviado cerca de US$ 1,7 bilhão. Calisto Tanzi tornou-se, assim, ainda mais representativo do "modelo" do típico empresário da era da globalização dos mercados. O emaranhado de subsidiárias da Parmalat em todo o mundo foi utilizado para o roubo, inclusive a brasileira Carital. O contador da matriz italiana, Gianfraco Bocchi, confessou à Justiça italiana que a Carital Brasil dedicava-se a "atividades esquisitas" e que recebeu um "saco de dinheiro" da matriz.

DINHEIRO PÚBLICO FINANCIA REMESSAS DE LUCRO E CORRUPÇÃO

A direção da subsidiária brasileira alega que a crise local é exclusivamente causada pelas dificuldades enfrentadas pela matriz na Itália. No entanto, a empresa brasileira, pelo montante enviado ao exterior nos últimos anos, parece não depender da matriz. Entre os anos de 1996 e 2002 foi remetido ao exterior R$ 1,7 bilhão. A CPI do Banestado investiga R$ 583 milhões enviados para a subsidiária Wishaw, sediada no Uruguai. Um engenhoso esquema de evasão de divisas foi montado, utilizando até mesmo a parceria com o Palmeiras para remeter dinheiro ao exterior sob a fachada de negociações de atletas do clube.

Enquanto despachava volumosos recursos para fora, no Brasil a empresa se afundava em dívidas e sonegava impostos. Até outubro do ano passado, a Parmalat devia cerca de R$ 3,8 milhões ao INSS. Como de costume, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realizou um empréstimo de quase R$ 26 milhões à empresa em outubro. Dois meses depois, a multinacional deixou de pagar fornecedores de leite, a maioria pequenos e médios produtores. O presidente da empresa no Brasil afirmou que o fechamento da Parmalat é "questão de dias". ■

Dinheiro público garante lucro da AES/Eletropaulo

O programa de desestatização do governo FHC, que em grande parte se concretizou graças aos empréstimos do próprio BNDES, parece não ter acabado. Em pleno governo Lula, o banco continua financiando o lucro de empresas multinacionais. Como se não bastasse liberar R$ 3,2 bilhões ao grupo americano para a compra da então estatal Eletropaulo, em 1998, o banco ainda amargou um calote que causaria um prejuízo de 2,4 bilhões em suas contas no ano passado.

Em meados de 2003, o presidente do BNDES, Carlos Lessa, e os ministros Palocci, José Dirceu e Dilma Roussef, se reuniram para tratar da inadimplência da multinacional. Avaliaram que forçar na Justiça o pagamento das dívidas assustaria os investidores, sinalizando uma suposta tendência de reestatização do setor elétrico. Assumiram, então, o calote e, ainda, tornaram o BNDES sócio da empresa inadimplente.

A dívida da AES com o banco, estimada em R$ 1,2 bilhão, foi dividida ao meio. Metade foi convertida em ações de uma nova empresa, a Brasiliana Energia, que será controlada pela AES. A outra metade da dívida foi parcelada em longos 11 anos. A empresa que vinha tendo déficits sistemáticos, após o anúncio do acordo fechou o ano de 2003 no azul. Agora, a empresa americana espera receber R$ 700 milhões do programa de capitalização das companhias elétricas, promovido pelo BNDES.

Além de bancar a privatização das empresas estatais, o BNDES ainda cuida para que tenham lucro, utilizando para isso recursos públicos. ■

A saída: estatizar para não demitir

A Parmalat possui oito fábricas no Brasil, com cerca de 6.000 funcionários. Quase toda a produção da empresa está paralisada por falta de matérias primas. Estima-se que, entre fornecedores e funcionários indiretos, cerca de 100 mil pessoas dependam da empresa. A multinacional deu férias coletivas para 423 trabalhadores e demitiu cerca de 120.

Somente a estatização da empresa sob controle dos trabalhadores e sem indenização poderá resolver a crise e impedir mais demissões. É preciso realizar uma devassa nas contas, quebrando sigilo fiscal da Parmalat e de seus dirigentes, punindo, então, todos os responsáveis. Porém, o governo Lula faz o inverso, enviando o ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto, representantes parlamentares e da CUT à Itália negociar a solução da crise. O interventor Enrico Bondi e investidores pressionam o governo brasileiro a editar uma medida provisória adiantando pontos da Lei de Falências, já aprovada na Câmara e atualmente tramitando no Senado. De acordo com a lei, em caso de falência o setor financeiro teria prioridade no pagamento de dívidas, em detrimento dos salários dos trabalhadores e encargos tributários.

Infelizmente, o representante da CUT, Sidirley Silva, declarou apoio à proposta indecente encaminhada pelos executivos italianos. O governo já sinalizou que arcará com as dívidas da Parmalat com os produtores do Rio, que levaram calote da empresa, prenunciando uma repetição do caso Eletropaulo/ AES. ■

GOVERNO PAGA BILHÕES AOS BANQUEIROS E TRABALHADORES AFUNDAM EM ENCHENTES E DESEMPREGO

MARIÚCHA FONTANA,
da redação

Estamos em mais um janeiro em que as cenas se repetem: as águas invadem casas, enchem ruas, causam mortes. Famílias, desesperadas, vêem-se do dia para noite sem nada. O pouco que acumularam com tanto esforço perde-se na lama.

O presidente Lula, depois de visitar três estados, declarou em Brasília que "*sente pena dos prefeitos quando dá um trovão*", saindo em defesa da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, e dos demais prefeitos do país. Ele disse também que "*não existe poder ainda para a humanidade controlar a força da natureza*".

Mas a culpa pela tragédia das enchentes nas grandes cidades, especialmente nas periferias, não é da "força incontrolável" da natureza. Faltam serviços essenciais de saneamento, não há investimentos suficientes em sistemas de drenagem e nenhuma política de reforma urbana que ataque a especulação imobiliária e garanta moradia digna, fora de áreas de risco para a população pobre.

E isso é culpa dos sucessivos governos municipais, estaduais e, principalmente, do governo federal, que num ato de completa irresponsabilidade social, continuam drenando o grosso de sua arrecadação para pagamento de juros e parcelas das dívidas externa e interna aos banqueiros.

Em 2003, os juros pagos aos banqueiros pelas esferas federal, estadual, municipal e empresas estatais foram de 145,2 bilhões de reais (*ver gráfico*). Apenas o governo federal destinou nada menos que 132,5 bilhões ao pagamento da dívida, enquanto destinou a todas as áreas sociais existentes, incluindo saúde e educação, 70,8 bilhões de reais. Além dos baixos montantes programados, estes não foram aplicados em sua totalidade. Áreas como urbanismo, habitação, saneamento e gestão ambiental, que deveriam prevenir as enchentes, receberam menos de 40% das verbas programadas.

O governo Lula está pagando mais juros aos banqueiros do que FHC. Não bastasse se comprometer com o FMI a realizar um superávit primário (economia para pagamento de juros) de 4,25% do PIB, superior ao de FHC, Lula economizou ainda mais dinheiro para pagar a dívida: 66 bilhões, ou 4,32% do PIB.

Mas toda essa "economia" não foi suficiente para pagar sequer metade dos juros. Faltaram 79 bilhões de reais, pagos com novos empréstimos, o que, por sua vez, aumentou a dívida. ■

JUROS PAGOS EM 2003

GOVERNO FEDERAL	R$ 100.901 milhões
GOVERNOS ESTADUAIS	R$ 34.851 milhões
GOVERNOS MUNICIPAIS	R$ 5.973 milhões
EMPRESAS ESTATAIS	R$ 3.484 milhões

FONTE: Banco Central

A economia dos trabalhadores e do povo vai mal

O governo e a televisão não cansaram de comemorar, neste início de ano, as "boas notícias" na área da economia: queda do risco país, subida da bolsa de valores, aumento das exportações. Comemoraram também as "reformas" da Previdência e a Tributária, como vitórias que levariam o Brasil ao "espetáculo do crescimento".

Todos esses indicadores que o governo Lula tem comemorado, entretanto, são financeiros e indicam a saúde dos ricos, dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, daquele 1% da população que abocanha a mesma fatia de renda nacional ganha pelos 50% mais pobres.

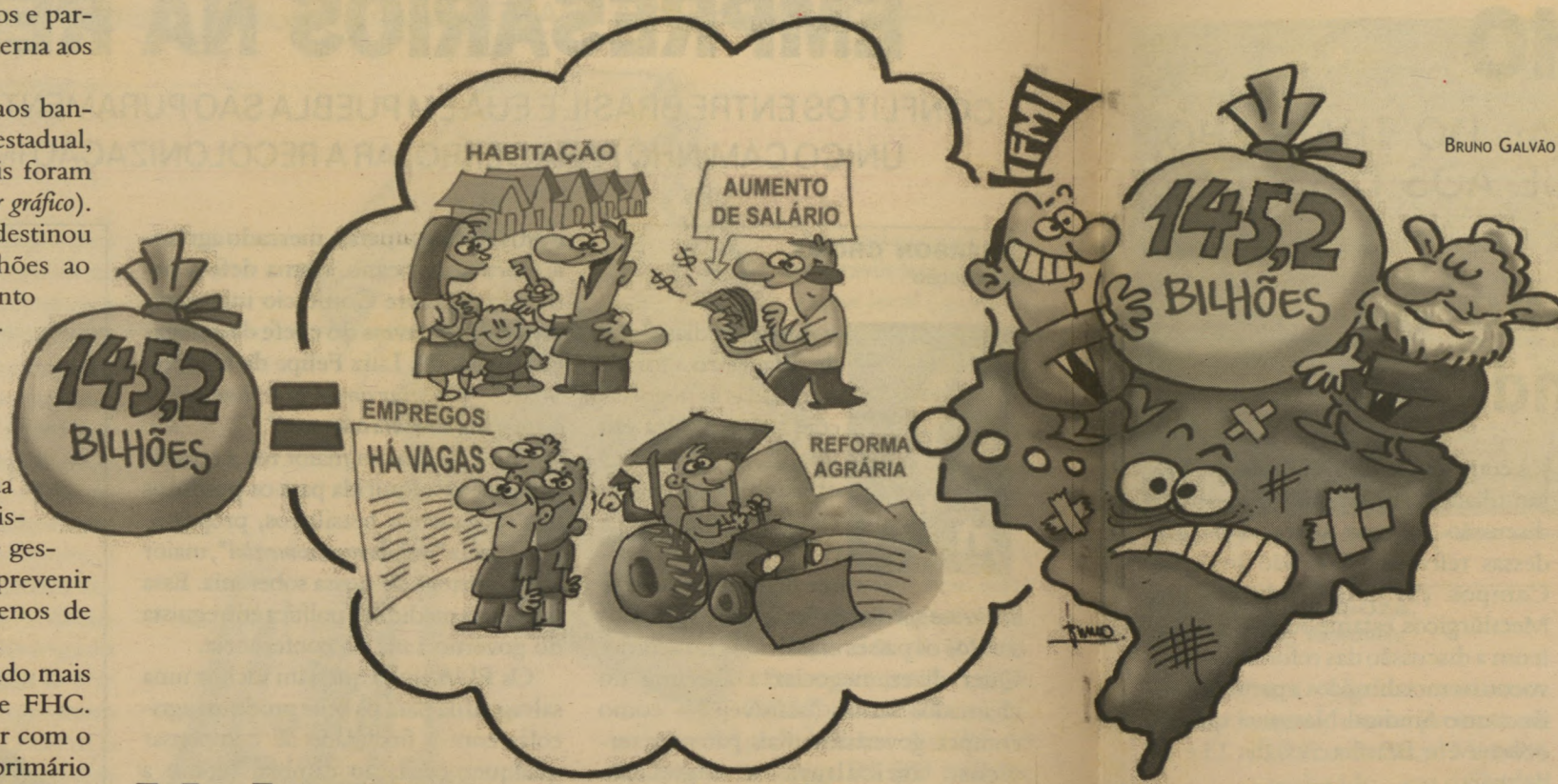
O ESPETÁCULO DA DESIGUALDADE

A economia dos ricos, deste 1%, vai muito bem. Já a dos trabalhadores vai de mal a pior. Não há um único indicador social a comemorar.

O desemprego atingiu, no final do ano passado, sua maior taxa. Segundo o Dieese/Seade, o desemprego atingiu 19,9%, constituindo-se no maior índice desde 1985, quando começou a ser realizada esta pesquisa. Apenas na região metropolitana de São Paulo, estima-se que 1,94 milhão de trabalhadores estejam desempregados.

Os salários e a renda da classe trabalhadora têm vivido um processo de queda ininterrupta. Desde 1998, segundo o IBGE, a renda dos trabalhadores ocupados encolheu 30%. No ano passado caiu 6,4% e 13,3% nos informais. Ainda segundo o IBGE, só na indústria a queda foi de 5,3%.

O trabalho precário ou informal (sem direitos) cresceu ao ponto de atingir, hoje, 58,1% dos trabalhadores ocupados, ou 38,1 milhões de pessoas. Sendo que, em 2003, cresceu em 42,5% o contingente de trabalhadores sub-ocupados.

Sem falar da situação de permanente sucateamento da educação, saúde e demais serviços públicos, que vêm sendo desmontados e privatizados. ■

Veja o que seria possível fazer com R$ 145,2 bilhões

RODRIGO ÁVILA,
economista da Campanha pela Auditoria da Dívida

EMPREGO

Estes 145 bilhões de reais poderiam gerar 7 milhões de empregos na agricultura (cujo custo médio de emprego gerado é de 20 mil reais), ou 1,5 milhões na indústria (com custo médio de 100 mil reais por emprego).

REFORMA AGRÁRIA

Este dinheiro seria suficiente para assentar todas as famílias sem-terra do país. Ou seja, 4 milhões – ao custo de 35 mil reais por família, o que inclui o custo da terra. Caso a reforma agrária fosse feita sem premiar o latifúndio com o pagamento da terra nua, seria possível assentar oito milhões de famílias.

HABITAÇÃO

Se aplicados em habitação, o dinheiro gasto com juros em um ano seria suficiente para a construção de 30 milhões de casas populares (de alvenaria, com 40 a 50m² de acordo com método elaborado pela COPPE/UFRJ, ao custo unitário de 5 mil reais), o que eliminaria todo déficit habitacional brasileiro.

SALÁRIO MÍNIMO

Se distribuídos a cada domicílio com renda de um a três salários mínimos no Brasil (22 milhões, segundo a Pesquisa Nacional por Domicílio do IBGE), seria possível aumentar o salário mínimo destes trabalhadores para 600 reais.

Juros da dívida com FHC e Lula

FONTE: Banco Central

Ano	Juros
1995	R$ 48,7 bilhões
1996	R$ 45 bilhões
1997	R$ 44,9 bilhões
1998	R$ 72,6 bilhões
1999	R$ 87,4 bilhões
2000	R$ 78 bilhões
2001	R$ 86,4 bilhões
2002	R$ 114 bilhões
2003	R$ 145,21 bilhões

Romper com o FMI e não pagar a dívida externa

Não é possível nenhuma mudança verdadeira e substancial na vida da maioria dos trabalhadores e do povo, sem ruptura com o FMI e se não pararmos de pagar a dívida externa e, também, a dívida interna aos banqueiros e grandes capitalistas.

O **PSTU** defende a ruptura com a Alca e o FMI e o não pagamento da dívida para mudar o Brasil de verdade. E afirma que este dinheiro é o que poderia garantir milhões de empregos, moradia, salário digno, reforma agrária.

O governo Lula não realizará mudanças, nem cumprirá com suas promessas de 10 milhões de emprego – conforme a propaganda enganosa que fez – porque não está disposto a enfrentar o FMI, a Alca, os banqueiros e capitalistas. Pelo contrário, tem rompido um contrato atrás do outro com os trabalhadores para cumprir "contrato" com os de cima.

Os trabalhadores devem ir à luta por salário, emprego, contra as reforma neoliberais e nestas lutas levar uma grande Campanha contra a Alca, o FMI e a Dívida Externa.

Pois somente a luta da classe trabalhadora, no rumo da construção de um governo dos trabalhadores poderá mudar o Brasil pra valer.

Dívida vai comer 75% do Orçamento

ARROCHO E DESEMPREGO VÃO CONTINUAR EM 2004

Se for levado em conta o total do Orçamento da União e o total das despesas financeiras, o que inclui, além dos juros, o pagamento de amortização e parcelas da dívida, veremos que as despesas financeiras em 2004 corresponderão a 75% do Orçamento.

Só da dívida externa, serão pagos de amortização 39 bilhões de dólares em 2004.

Na proposta de Orçamento que o governo Lula apresentou ao Congresso está previsto o pagamento de 117 bilhões de reais só de juros da esfera federal neste ano.

Sendo que está mantido, pelo acordo com o FMI, o superávit primário de 4,25% do PIB. Quer dizer, o governo economizará 71,5 bilhões de reais em 2004 para pagar juros.

Sobre esse Orçamento, no qual mais uma vez todos os gastos sociais somados não chegam perto dos juros pagos, Lula e o ministro Pallocci acabaram de "contingenciar" (bloquear) mais 4,5 bilhões de reais referentes a investimentos programados.

Assim como os parcos recursos previstos em 2003 para habitação, saneamento, urbanismo e gestão ambiental não se realizaram, o governo busca, em 2004, bloquear os recursos do Orçamento para garantir o superávit primário e, talvez, até ultrapassar a meta acordada com o FMI, como ocorreu no ano passado.

TRABALHADORES PAGAM A CONTA

Quem paga a conta da dívida externa e interna são os trabalhadores, o povo pobre e uma parte da classe média, que entram com a maior parte dos impostos que o governo usa para pagar os banqueiros. Pois os impostos são regressivos (paga mais quem ganha menos) e a maior parte incide sobre o consumo. Ja o imposto de renda recai pesadamente sobre os assalariados e não sobre o capital. Além disso, o imposto de renda hoje atinge cada vez mais trabalhadores que deveriam estar isentos e confisca fortemente os salários dos 'remediados'. Com o congelamento da faixa de isenção, quem ganha a partir de 1.058 reais é descontado em 15% na fonte e quem ganha a partir de 2.115 reais paga 27,5%.

São também os trabalhadores e o povo pobre que sofrem com a falta de verbas para saúde, educação, moradia popular, aumento significativo do salário mínimo, investimentos em infraestrutura (como saneamento básico e energia), e geração de empregos.

Já os grandes capitalistas – bancos e grandes empresas – têm grandes regalias tributárias, sendo uma das mais escandalosas a isenção de imposto das remessas de lucros para o exterior.

O acordo com o FMI e a manutenção do pagamento da dívida pelo governo Lula – com o apoio de todos governadores e prefeitos – , farão com que o ano de 2004, para os trabalhadores e o povo, continue sendo de arrocho salarial e desemprego, como foi 2003, mesmo que ocorra o pequeno crescimento de 3,5% que o governo está propagandeando.

MAIS REFORMAS NEOLIBERAIS E ATAQUES

Também, conforme o acordo realizado em novembro com o FMI, o governo Lula dará sequência às reformas neoliberais que Collor e FHC não conseguiram concluir, beneficiando ainda mais o capital.

Está prevista para este ano a reforma Sindical, que pretende retirar poder da base dos sindicatos e concentrá-lo na cúpula das centrais, como primeiro passo para impor a "reforma" Trabalhista para precarizar e flexibilizar ainda mais os direitos dos trabalhadores e, com isso, rebaixar salários. E também vem aí a "reforma" Universitária, que visa acabar com a universidade pública e fortalecer ainda mais o ensino privado.

Essa verdadeira transfusão de sangue às avessas em que se constitui o pagamento das dívidas externa e interna - onde as riquezas do Brasil, cada vez mais fraco e dependente, vão sendo transferidas para os países imperialistas e a renda em queda dos trabalhadores vai sendo cada vez mais apropriada pelo capital - coloca o país de joelhos perante a Alca. ■

Conheça a história da dívida 'eterna'

RODRIGO RICUPERO,
da redação

Para Portugal reconhecer a Independência brasileira, proclamada em 1822, a monarquia aqui estabelecida aceitou que importante parcela da dívida portuguesa - de 1,3 milhão de libras esterlinas - com a Inglaterra fosse assumida pelo Brasil. Não é a toa que este acordo foi negociado pela própria Inglaterra, potência dominante na época, que passou a exercer uma hegemonia sobre o país.

Ao longo do Império (1822-1889), o governo contraiu empréstimos com a Inglaterra, parte importante para pagar dívidas antigas e outra para financiar compras de produtos da indústria inglesa. Apenas um parcela foi utilizada em atividades produtivas, mas mesmo nesse caso essas obras - ferrovias e portos - visavam facilitar o escoamento de nossa produção, com destaque para o café, para o exterior.

A proclamação da República, no plano econômico, alterou pouco o cenário. Seguidos empréstimos eram contratados, como de costume, para pagar os juros dos anteriores, mantendo-se também a política de financiar a importação de manufaturados e a exportação de gêneros agrícolas. De novo mesmo só houve a entrada em cena dos Estados Unidos. Assim, em 1930, quando a chamada "República Velha" dos grandes cafeicultores foi derrubada, o Brasil devia 237,3 milhões de libras.

Fundação do FMI, em 1944

O período que vai de 1929 (início da grande depressão econômica) até 1945 (término da segunda guerra mundial) permitiu ao Brasil, em plena ditadura de Getúlio Vargas, aproveitando-se das dificuldades das potências capitalistas, iniciar um processo de industrialização e diminuir as importações. Quanto à dívida externa, neste momento, o país deixou de pagar em alguns anos os juros da dívida, além de renegociá-la. Não é a toa que foi um dos períodos no qual a economia mais se desenvolveu. Além disso, uma auditoria constatou que as condições dos empréstimos eram onerosíssimas e que nos arquivos brasileiros existiam apenas 40% dos contratos.

De 1947 a 56, o Brasil continuou fazendo empréstimos, mas mandava cada vez mais dinheiro ao exterior, recebendo 41 milhões de dólares e enviando 754 milhões. Com a Ditadura Militar (1964-1985) a dívida aumentou ainda mais, aproveitando-se de uma conjuntura favorável nos anos 70, na qual a sobra de capitais nos países centrais permitia empréstimos a juros baixos, que foram em parte utilizados no plano de desenvolvimento. O país viveu um momento de crescimento econômico - sem alterar a concentração de renda - que logo em seguida transformou-se numa tragédia. O aumento das taxas de juros e a crise do petróleo levaram a uma explosão da dívida; assim, em 1964, a dívida era de 2,5 bilhões de dólares e em 1985 era de 100 bilhões.

De Collor até hoje, a dívida e a entrega só aumentaram. ■

GOVERNO LULA SEGUE DEFENDENDO INTERESSES DE FAZENDEIROS E EMPRESÁRIOS NA REUNIÃO DA ALCA

CONFLITOS ENTRE BRASIL E EUA EM PUEBLA SÃO PURAMENTE COMERCIAIS E NÃO INVIABILIZAM A ALCA. O ÚNICO CAMINHO PARA DERROTAR A RECOLONIZAÇÃO IMPERIALISTA É A MOBILIZAÇÃO POPULAR

JEFERSON CHOMA,
da redação

Entre os dias 2 e 5 de fevereiro, foram retomadas as negociações sobre a Alca em Puebla, no México. O objetivo da conferência, que reuniu cerca de 34 países, era definir o *"conjunto mínimo de direitos e obrigações"* que serão aplicados a todos os países envolvidos no acordo. Quer dizer, negociar a abertura do chamados temas "sensíveis" – como compras governamentais, patentes, serviços, agricultura e legislação antidumping – chegando a uma solução de liberalização comercial conforme a resoluções adotadas na Conferência Ministerial de Miami, realizada em novembro do ano passado.

A declaração de Miami, redigida em comum entre os governos Lula e Bush, e que pavimentou o caminho rumo a uma Alca abrangente, constituiu uma importante vitória para os objetivos do imperialismo de recolonizar o continente e norteando os debates em Puebla.

CONFLITOS NÃO INVIABILIZAM A ALCA

Em Puebla o imperialismo jogou ainda mais duro. Coerente com as resoluções de Miami, os EUA lideraram um bloco formado por 14 países, entre eles México e Canadá, que exigiu do Brasil e dos demais países do Mercosul a máxima abertura dos seus mercados, especialmente, sobre temas como investimentos, compras governamentais, serviços e propriedade intelectual. Em contrapartida, o governo brasileiro e dos países do Mercosul reivindicavam a ampliação de cotas de exportações de seus produtos agrícolas para o mercado agrícola norte-americano, numa defesa ortodoxa do Livre Comércio internacional. Nas palavras do chefe da delegação brasileira, Luiz Felipe de Macedo Soares, *"não se faz uma área de livre comércio sem real abertura comercial"*.

Ou seja, quanto maior for a cota de exportação adquirida para os produtos dos fazendeiros brasileiros, proporcionada pela *"real abertura comercial"*, maior será a entrega de nossa soberania. Essa foi a exata medida da política entreguista do governo Lula na conferência.

Os EUA ainda queriam incluir uma salvaguarda para os seus produtos agrícolas com a finalidade de compensar qualquer oscilação cambial (como a desvalorização do Real) dos países latinos, enfurecendo, ainda mais, os representantes do agronegócio brasileiro.

GOVERNO REAFIRMA COMPROMISSO COM A ALCA

Diante desses atritos, as conclusões sobre o *"conjunto mínimo de direitos e obrigações"* foram adiadas para uma próxima reunião a ser realizada no mês que vem em Puebla. Apesar de ter ficado refém de sua própria estratégia durante as negociações da Alca, o governo Lula não anunciou nenhuma abandono das negociações. Pelo contrário, o governo reafirma seu compromisso em manter as negociações e já confirmou sua participação na próxima reunião. Como disse um negociador brasileiro. *"O clima é continuar tentando. Ninguém esta falando em ir embora há desejo de se chegar a um entendimento"*.

Desta forma, em que pese os atritos gerados entre os negociadores norte-americanos e brasileiros, o que prevaleceu foi a manutenção da estratégia imperialista em implementar a Alca. O governo brasileiro continua a aceitar essa estratégia. O "impasse" em Puebla é resultado de um conflito puramente comercial e aconteceu porque o governo está preocupado em acomodar o conjunto da burguesia brasileira na Alca. Lula e seus negociadores agem contra os trabalhadores ao se colocar como mediador entre os interesses de empresários e fazendeiros exportadores, ávidos em aumentar seus lucros com a implementação da Alca.

FOTO ROOSEWELT PINHEIRO/ AGÊNCIA BRASIL

ADEUS às ilusões: co-presidente Bahadian diz que Alca não tem rótulo ideológico, é apenas um negócio

Esses já não demoraram em estabelecer as coordenadas para o governo nas futuras negociações da Alca. O vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, Gilman Rodrigues, declarou que *"o erro não é pedir medidas compensatórias, mas fazer ofertas limitadas em áreas de interesse dos EUA"*.

O empenho do governo Lula em continuar negociando a Alca garantiu mais uma vitória da estratégia recolonizadora de Bush. Como disse o próprio co-presidente brasileiro da Alca, Ademar Bahadian *"acabou a fase do faz-de-conta (...) a reunião de Puebla significou avanços para retirar do governo brasileiro a imagem de que teria restrições ideológicas à Alca, deixando claro que tudo não passa de interesses econômicos"*.

Da mesma forma, Lula também colabora com a implementação da Alca ao tentar aplicar as reformas sindical e trabalhista, aniquilando assim com o conjunto dos direitos dos trabalhadores para aumentar a "competividade" dos empresários brasileiros.

Como afirma a declaração continental contra a Alca, é preciso manter a luta para impedir qualquer tipo de Alca, intensificando a mobilização, não descansando até ver nosso continente livre dos objetivos recolonizadores do imperialismo. Só a mobilização dos trabalhadores pode impor uma derrota a Alca. ■

Campanha rejeita Alca Light, exige Plebiscito oficial e retoma mobilização

MARIUCHA FONTANA,
da redação

No dia 8 de fevereiro, aconteceu em São Paulo a reunião da Coordenação Nacional da Campanha contra a Alca, que se posicionou claramente contra qualquer Alca, seja *light*, *abrangente*, *a la Carte*, *Plus*.

A Coordenação considerou 2004 um ano decisivo para a implantação da Alca e fará uma campanha de esclarecimento contra a proposta do governo Lula de *Alca light*, denunciando as negociações e exigindo o Plebiscito Oficial em outubro.

Nesse sentido, será necessário retomar e intensificar a campanha. Acompanhando o calendário de mobilização decidido pela Campanha Continental no Encontro que ocorreu em Havana, Cuba, em janeiro, a campanha brasileira terá algumas datas chaves.

Além de levar a campanha contra a Alca como parte das lutas por salário, emprego e contra as reformas Universitária e Sindical, terá grande importância a manifestação durante a reunião ministerial que ocorrerá no Brasil, quando temos o desafio de buscar construir um "Seattle" brasileiro.

CALENDÁRIO DE LUTA

MARÇO

20 - Grande manifestação mundial contra a guerra, pela retirada imediata das tropas americanas do Iraque

ABRIL

14 e 15 - 13ª Plenária Social Nacional

24 e 25 - Dia de luta contra a dívida externa

MAIO

1º - Dia de Luta por Trabalho e contra a Alca, que aprofunda o desemprego

JUNHO

25 a 27 - Fórum Social da Tríplice Fronteira - Porto Iguaçu

JULHO

Grandes manifestações contra a Alca durante a Reunião Ministerial de negociação - Brasil (data a ser definida)

SETEMBRO

1º a 7 - Semana da Pátria e Grito dos Excluídos - Mobilizações pró-Plebiscito Oficial

OUTUBRO

3 - Plebiscito Oficial sobre a Alca

12 - Grito dos Excluídos Continental - Manifestações contra a Alca

VERGONHA! CUT APROVA PROPOSTA DE REFORMA SINDICAL DO FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO

EXECUTIVA DA CUT APROVA PROPOSTA DO FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO. É PRECISO CONSTRUIR A RESISTÊNCIA A MAIS ESSE ATAQUE AOS DIREITOS!

Nos dias 4 e 5 de fevereiro, aconteceu a reunião ampliada da Executiva Nacional da CUT que discutiu o posicionamento da Central Única dos Trabalhadores sobre a reforma Sindical.

Na reunião, os diretores José Maria de Almeida e Vera Guasso, do **PSTU**, propuseram, em conjunto com Jorge Luiz Martins, Bernadete Menezes, Agnaldo Fernandes e Francisvaldo Mendes, que a CUT não decidisse sobre o assunto, dada a gravidade do seu conteúdo e o fato de que este debate não foi feito nas entidades de base da central. Os outros 12 diretores presentes, que fazem parte da *Articulação Sindical*, do PCdoB e da *Democracia Socialista*, votaram a favor de que a CUT se posicionasse e defenderam a aprovação dos encaminhamentos acordados no Fórum Nacional do Trabalho. Com o resultado da votação, Zé Maria e os outros diretores que não fazem parte da maioria da direção da CUT apresentaram uma proposta de resolução alternativa, rejeitada também por 12 votos e que reproduzimos no site do **PSTU** *(www.pstu.org.br)*.

Diante da traição da maioria da direção da CUT, que atua em sintonia com o Fórum Nacional do Trabalho, o **PSTU** reforça a convocação para que todas as entidades, dirigentes e ativistas participem do Encontro Nacional Sindical, que acontecerá nos dias 13 e 14 de março em Brasília. Este encontro está sendo organizado por entidades sindicais do setor público e privado, e tem como objetivo organizar a luta contra mais essa reforma que ataca profundamente os interesses e direitos da classe trabalhadora brasileira. Para saber mais sobre o encontro, escreva para *resistencia_sindical@hotmail.com* ■

Cresce adesão ao Encontro Sindical

LUTA contra as reformas é destaque no jornal dos Metalúrgicos de São José

ANDRÉ VALUCHE,
da redação

A reforma Sindical que está sendo preparada pelo governo vai aumentar o poder da cúpula das centrais sindicais, burocratizando ainda mais o movimento sindical e pavimentando o caminho para a reforma trabalhista retirar direitos dos trabalhadores. Por isso, os sindicatos combativos da CUT, ou que não são filiados, começaram uma ampla discussão na base sobre os efeitos dessas reformas. Em São José dos Campos (SP), o Sindicato dos Metalúrgicos estampou em seu boletim a discussão das reformas e convocou os metalúrgicos a participar do Encontro Sindical Nacional que vai ocorrer em Brasília, nos dia 13 e 14 de março.

"Esse encontro é a resposta dos trabalhadores aos ataques que Lula está preparando com essas reformas. Aqui em Minas, temos a confirmação de que 22 sindicatos metalúrgicos, a Federação Metalúrgica, a Federação dos Rodoviários, e duas oposições sindicais vão estar em Brasília", disse Oraldo Paiva, secretário-geral da Federação Metalúrgica.

Em cidades como Fortaleza (CE) e Belém (PA), os fóruns de luta – criados na greve dos servidores para defender a Previdência pública – não só confirmaram a participação no encontro, como estão promovendo sua ampla divulgação.

É esse o caminho! Convocar amplamente as entidades, dirigentes e ativistas e construindo um pólo de resistência para enfrentar as reformas de Lula. ■

UNAÍ (MG)

Chacina expõe face oculta do agronegócio

FOTO UNAFISCO

ATO de protesto contra assassinato de fiscais

SEBASTIÃO CARLOS 'CACAU',
de Belo Horizonte (MG)

No dia 28 de janeiro, os auditores fiscais do Ministério do Trabalho Nélson José da Silva, Erastótenes de Almeida Gonçalves e João Batista Soares Lage e o motorista Ailton Pereira de Oliveira foram brutalmente assassinados numa estrada de terra no município de Unaí, no estado de Minas Gerais.

Os fiscais atuavam em uma operação da Delegacia Regional do Trabalho/MG para verificar a existência de trabalho degradante nas lavouras de feijão.

Unaí é a maior região produtora de grãos do país. A produção é realizada em grandes latifúndios e predominam as relações de assalariamento. Durante o período de safra, o número de trabalhadores na região chega a aumentar em até 400%. O fiscal Nélson já havia sido ameaçado anteriormente, mas a DRT/MG, não considerou o fato relevante. Seu trabalho vinha dificultando a atuação dos *"gatos"* - atravessadores de mão de obra entre os fazendeiros e os bóias-frias.

Ameaças e assassinatos de trabalhadores são comuns na região. Ao contrário do que a grande mídia vem noticiando, a região de Unaí não tem nada de pacata. Outros crimes já ocorreram na região, mas não tiveram a mesma repercussão. Em 1995, o dirigente sindical dos trabalhadores rurais Júlio Rodrigues Miranda, foi encontrado morto em condições semelhantes.

O prefeito do município, José Braz da Silva (PTB) também responde a um inquérito por trabalho escravo em sua fazenda no sul do Pará. A chacina de Unaí expôs para todo o Brasil a face oculta do agronegócio, tão saudado pelo governo Lula como exemplo da modernidade. Trabalho escravo, condições de trabalho degradantes na maioria das fazendas, desrespeito aos direitos trabalhistas, perseguição às lideranças sindicais são as regras no setor. Só o fim do latifúndio pode acabar com violência.

A chacina de Unaí é mais um capítulo na história de militarização dos conflitos no campo brasileiro. Despertando a indignação da sociedade, em particular das entidades que agrupam os fiscais do trabalho, da receita federal e da previdência.

A tragédia é parte da onda de violência contra os trabalhadores e suas lideranças no campo, cometidas pelo latifúndio, armado e protegido pelas autoridades públicas e pelas instituições do Estado. Não é expressão de desrespeito ao "estado democrático de direito" como algumas entidades dos trabalhadores têm reclamado.

A raiz de fundo de todos os problemas encontra-se na estrutura fundiária brasileira, na concentração de enormes quantidades de terras nas mãos de pouquíssimas empresas e famílias. Sem "violar" o "direito" de propriedade dos latifundiários será impossível construir novas relações sociais no campo e coibir a violência contra os trabalhadores. ■

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)

Luta por moradia é justa e necessária

DOIS momentos na luta das famílias: o ato exigindo a moradia e a repressão da polícia de Alckmim

ADILSON DOS SANTOS,
de São José dos Campos (SP)

A situação de centenas de famílias sem teto, na cidade de São José dos Campos, ilustra bem a política habitacional adotada no país pelos governos e também pelo prefeito Emanuel Fernandes (PT). Ao invés de buscar alternativas para abrigar essas famílias, o prefeito usa a força bruta sob crianças, mulheres e trabalhadores acampados há mais de um mês em um terreno público no bairro Campo dos Alemães. Entre os sem-teto há muitos desempregados que, com salários arrochados, não conseguem realizar o sonho da casa própria.

O Sindicato dos Metalúrgicos desde o início do movimento esteve do lado dos sem-teto e se soma à luta dos companheiros que não têm onde morar, mas que apesar das violências policiais estão resistindo e lutando pelo direito à moradia. Por isso o sindicato está junto com os sem-teto realizando uma campanha por doações, passando na fábricas pedindo adesão a campanha.

Se você quiser contribuir, entre em contato pelo telefone (12) 3946-5322 ou através do e-mail *sindmetalsjc@sindmetalsjc.org.br* ■

Fórum Social Panamazônico: muita festa e pouca discussão política

FAIXAS do PSTU no Fórum Social Panamazônico denunciam governo Lula

ASDRÚBAL BARBOZA,
de Porto Ordaz, Venezuela

Sem dúvida nenhuma, quem esteve presente no III Fórum Social Mundial, realizado em Ciudad Guayana, na Venezuela, ficou empolgado pelo carinho recebido pelo povo venezuelano e o entusiasmo que a vanguarda deste país tem pelo "processo revolucionário" que se vive na Venezuela. Além disso, houve muitas programações culturais e ao terminar os trabalhos, muitas festas.

No entanto, com relação à discussão política, o Fórum foi um tremendo fracasso. Por trás de questões organizativas, escondia-se o veto ao debate de questões políticas: as mesas eram superlotadas de palestrantes que davam longos informes e, como sempre existiam apresentações culturais, nunca havia tempo para o debate. A programação do dia seguinte era anunciada no final do dia anterior, ou na manhã do próprio dia.

Além disso, somente estavam presentes a delegação de Brasil e Venezuela. Colombianos, bolivianos, peruanos e equatorianos não compareceram.

Mas o pior de tudo é que os organizadores do Fórum (eleitos ninguém sabe por quem) decidiram que somente se poderia falar sobre questões estritamente amazônicas, não pautando a Revolução Boliviana, a situação política colombiana e o Plano Colômbia, o desenvolvimento do processo revolucionário venezuelano e se recusando a discutir a situação política no Brasil.

Enfim perdeu-se uma excelente oportunidade de se fazer um rico debate político internacionalista.

OFICINA DO ILAESE FOI SUCESSO DE PÚBLICO

O Instituto Latino-Americano de Estudo Sócio Econômico (ILAESE), promoveu uma oficina sobre *"O Governo Lula, Frente Popular e os Movimentos Sociais no Brasil"*, que teve como palestrante Hebert Amazonas, trabalhador dos Correios e membro da direção do **PSTU**, e Américo Gomes, da coordenação do ILAESE.

Apesar da péssima convocação realizada pelo Fórum, que chegou a informar que a oficina não aconteceria por problemas "organizativos", esta foi um sucesso de público, chegando a reunir mais de 200 pessoas.

Além disso, o debate político foi intenso, tanto entre brasileiros que debateram os caminhos do governo Lula, como entre venezuelanos que debatiam o curso da revolução. Como Lula no Brasil, Chaves foi bastante criticado por ter formado o grupo "Amigos da Venezuela" com países que apoiaram o golpe contra seu governo.

MILITANTES DO PC DO B RASGAM FAIXA DO PSTU

Apesar do clima de fraternidade que envolvia o Fórum, um incidente lamentável ocorreu no ato de abertura.

Depois de uma longa passeata, que percorreu toda a cidade, uma militante do PCdoB de Manaus, respaldada por seus "companheiros", cortou uma faixa do **PSTU** que criticava as reformas realizadas pelo governo Lula. Como se não bastasse, as provocações continuaram ao longo do Fórum, inventando mentiras e caluniando os militantes do **PSTU**.

Chegaram a defender que os militantes do **PSTU** não poderiam voltar ao Brasil nos ônibus das delegações. Felizmente, essa atitude foi repudiada pela maioria da delegação, composta por militantes e sindicalistas do PT, independentes e militantes honestos e sérios do próprio PCdoB. ■

Movimento indígena de Roraima exige do governo Lula homologação da reserva

OS CONFLITOS ENTRE ÍNDIOS E FAZENDEIROS QUE ESTÃO OCORRENDO EM ESTADOS GOVERNADOS PELO PT SÃO MAIS UMA DEMONSTRAÇÃO QUE O GOVERNO LULA ESCOLHEU UM LADO NA LUTA ENTRE OS EXCLUÍDOS E OS PODEROSOS

AMÉRICO GOMES,
de Boa Vista (RR)

São vários os motivo que fazem de Roraima um estado com uma situação bastante explosiva. Apesar do grande extermínio indígena, ocorrido durante o povoamento, o estado, que ainda conta com a maior população de índios no Brasil possuí grandes riquezas minerais em seu sub-solo como ouro, diamantes, cassiterita, bauxita, cobre, argila e granito. Na região sul o solo é rico para agricultura. Além disso, Roraima possui uma importância geopolítica por fazer fronteira com a Guiana Inglesa, Venezuela e Colômbia.

Atualmente, 88% das terras do estado pertencem à União. Deste total, 57% são terras indígenas. Com isso, os interesses dos grandes proprietários de terra, principalmente "os arrozeiros", que ocupam ilegalmente parte da área, e dos mineradores são afetados pelas homologações de reservas como a de Raposa Serra do Sol. Nela existem 170 comunidades indígenas, com cerca de 15.000 índios.

A assinatura da homologação da reserva estava prevista para janeiro, mas o governo Lula continua adiando a demarcação da reserva. Para tentar enrolar a situação, em 2003, homologou as terras indígenas Wai Wai, Jacamim, Muriru, Moskou e Boquerão, evitando atender a principal exigência que é a homologação de Raposa Serra do Sol. Em seu discurso, na Conferência Nacional do Meio Ambiente, Lula afirmou que a homologação pode levar tempo, em função da necessidade de encontrar alternativas aceitáveis para os ocupantes. E, agora, o governo já fala em demarcar as terras indígenas de Roraima em áreas descontínuas, chamadas ilhas de demarcação.

O debate sobre a demarcação da reserva da Raposa Serra do Sol já dura mais de trinta anos. Estes anos de luta pela defesa das terras indígenas estiveram repletos de humilhações, violência, atentados e mortes. Um dos crimes cometidos foi o assassinato do índio macuxi Aldo da Silva Mota, morto em 10 de janeiro de 2003, na Fazenda Retiro, propriedade do invasor e vereador do município de Uiramutã, Francisco das Chagas de Oliveira, conhecido como "Chico Tripa". O crime continua impune.

Por isso, a protelação da homologação coloca em risco a integridade física de indígenas e de suas comunidades.

Foto Marcello Casal Jr / Agência Brasil

POPULAÇÃO indígena ocupa a Funai de Roraima

DOSSIÊ REVELA VIOLÊNCIA CONTRA ÍNDIOS DE RORAIMA

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) divulgou um dossiê revelando os crimes cometidos contra os povos indígenas do estado. O documento revela a omissão e cumplicidade dos governantes nas situações em que os índios são vítimas de agressões.

De acordo com o documento, *"a impunidade para os que violam direitos indígenas à vida, à integridade física, às suas terras e recursos naturais é agravada, particularmente para os índios da Raposa Serra do Sol, pela demora na conclusão do processo de reconhecimento oficial dos limites desta terra indígena"*.

Segundo o CIR, desde 1981 foram cerca de 20 homicídios, 21 tentativas de assassinatos, 54 agressões físicas e 51 casas destruídas.

Em 1999, o CIR já havia elaborado um relatório fazendo o levantamento de crimes praticados contra índios na reserva e de inúmeras prisões ilegais. ■

Carnaval: entre a resistência e a comercialização

O GALO DA MADRUGADA continua reunindo milhares de foliões em Pernambuco

WILSON H. DA SILVA,
da redação

Não há como negar que o Carnaval é um momento ímpar na vida dos brasileiros. Folião ou não, é impossível passar ileso. Seja pelo clima nas ruas, seja pelo verdadeiro bombardeio de imagens publicitárias nos meios de comunicação.

Nascido de uma mescla de festas ancestrais da Grécia (que celebravam a fertilidade e a colheita) com tradições medievais européias — quando a igreja católica tentou conter a festança pagã, estabelecendo alguns poucos dias para que a população comemorasse os "prazeres da carne" (daí o nome "*carnevale*") antes de enfrentar os jejuns e penitências da Quaresma — o festejo ganhou no Brasil um forte, e delicioso, tempero africano.

É verdade que não foram poucos os que tentaram conter os "excessos" carnavalescos, impondo algum controle sobre uma festa que tem como principais características a inversão dos valores e costumes e o questionamento dos discursos e práticas tidos como oficiais, cultos ou aceitáveis. Como também é verdade que o evento ganhou um gigantesco peso comercial, fazendo girar quantias incalculáveis.

Contudo, também é um fato que, além do povo sempre ter achado espaços para se divertir durante os quatro dias de folia, nunca foi possível conter as manifestações de irreverência e crítica que caracterizam a festa. Apesar de todas as tentativas de elitização (tentando fazer dela algo "pra inglês ver e turista dançar") e de seu distanciamento das tradições populares (com a introdução de ritmos musicais descartáveis, por exemplo) o Carnaval ainda é uma festa popular por excelência.

Até mesmo em seus espaços mais "comercializados" — os Sambódromos do Rio de Janeiro e de São Paulo — é possível ver que nem tudo está sob controle. Tentativas não faltaram. Há anos as avenidas vêm sendo tomadas por enredos que trazem leituras alucinadas da história oficial, homenagens a figuras pra lá de questionáveis (como a apresentadora Xuxa, este ano) e a promoção de pontos turísticos do país. Como também há tempos os membros das comunidades têm perdido espaço para as celebridades. Mas, mesmo assim, vez ou outra, surge algo na contracorrente.

No Rio, por exemplo, a São Clemente (que tem como tema a Literatura de Cordel) havia prometido colocar um boneco do Tio Sam utilizando o prédio do Congresso brasileiro como privada. Diante da pressão de gente das "altas esferas", o carnavalesco decidiu "amenizar" o tom do carro alegórico, mas garante que o símbolo do imperialismo estará na Sapucaí, no mínimo com suas mãos sujas de sangue, sendo seguido por uma ala de sósias de Saddam Hussein.

Já a Grande Rio, com o samba-enredo *"Vamos Vestir a Camisinha"* resistiu à censura da Igreja Católica e não só fará uma "apoteótica" defesa do uso dos preservativos como colocará gigantescos bonecos em diversas posições sexuais na avenida.

Em São Paulo, onde a prefeitura impôs o aniversário da cidade como tema único para a festa, uma das escolas, a Gaviões da Fiel, tem o enredo *"Idéias e paixões: combustível das revoluções"*, que promete levar para a avenida temas como as greves, a revolução cultural provocada pela Semana de Arte Moderna e outras manifestações, como a Diretas, Já!

Em Salvador, há anos monopolizado pelo axé, também há, felizmente, algo de novo. Para além do circuito oficial, cercado por seus milionários camarotes e onde a participação depende da compra de abadás (as túnicas dos blocos), há uma explosão de circuitos alternativos, formados por grupos que buscam revalorizar as tradições e musicalidade negras: do reggae ao samba reggae; do samba de roda ao partido-alto, passando, evidentemente, pelos afoxés.

Já Recife e Olinda continuam fazendo um Carnaval de rua, popular e voltado para as tradições culturais locais, principalmente o frevo e o maracatu. A capital de Pernambuco irá receber nações de maracatu de várias regiões do estado e grupos de samba e afoxés, tendo a Noite dos Tambores como ponto alto do resgate da cultura afro.

País afora, inclusive no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, o Carnaval de rua, puxado pelos irreverentes blocos, tem ganhado cada vez mais espaço. Embalados pelas marchinhas e pelos sambas mais tradicionais, os blocos têm como característica a sátira dos costumes e, principalmente, do cenário político.

Manifestações semelhantes são demonstrações de que, apesar de toda comercialização e tentativa de domesticação, o Carnaval pode ser preservado como um espaço para o sempre bem-vindo festejo popular, combinado com a sátira, a crítica e a irreverência voltadas contra os poderes, os padrões e as "histórias" impostas pela elite dominante. ■

Política e folia

Em pelo menos duas cidades, a combinação de política e folia ganhou um espaço distinto durante o Carnaval. Em Olinda(PE), há anos os partidos políticos tem um espaço próprio para montar suas barracas e participar da festa. O **PSTU**, obviamente, não poderia ficar fora desta festa.

Este ano, nossa barraca será instalada na quinta-feira (que já é "de Carnaval", em Pernambuco) com o lançamento da pré-candidatura da companheira Ana Lins para a Prefeitura. O tema da barraca será a luta contra a Alca e a denúncia do governo Lula e seus ataques. A animação ficará por conta da participação de vários artistas e a apresentação de blocos, como o já tradicional "A Porta" e nações de maracatu e cabloquinho.

Em São José dos Campos(SP), entidades do movimento sindical (metalúrgicos, alimentação, condutores, entre outros) e popular têm um bloco próprio, o *Acorda Peão*, que sai às ruas no sábado pela manhã, sempre com temas políticos e muita animação. Criado há cinco anos, o *Acorda Peão* levará cerca de 400 pessoas com o enredo *A fome continua*, composto pelo diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e militante do **PSTU** Renato Bento Luiz, o Renatão. Sendo uma contundente, mas super ritmada, crítica aos muitos descaminhos do governo Lula, o samba (disponível em *www.sindmetalsjc.org.br)* fala do acordo da Alca, dos transgênicos, do desemprego e das muitas promessas mentirosas feitas por Lula durante a campanha eleitoral. ■

Provocativa e radical

HILDA HILST (1930-2004)

Uma das mais instigantes escritoras brasileiras (e menos reconhecida, apesar de ter sido traduzida para o francês, o inglês, o italiano e o alemão), morreu no dia 4 de fevereiro, aos 73 anos. Autora de 38 livros (incluindo contos, romances, poesia e peças de teatro), Hilda Hilst teve uma trajetória única na história de nossa literatura.

Sua carreira começou aos 20 anos, em 1951, quando era estudante de Direito, em São Paulo, com os livros de poesias *Presságios* e *Balada de Alzira*. Dezesseis anos depois, decidiu trocar o excesso de urbanidade de São Paulo por um sítio no interior do estado, onde viveu até a sua morte cercada por dezenas de cães e envolta num clima de misticismo, crenças "exóticas" e um fascínio pela existência de vida extra-terrestre.

Em 1990, cansada da pouca atenção recebida para sua obra, ela enveredou por aquilo que chamava de "escrita erótica" (pornográfica, aos olhos dos mais conservadores), escrevendo uma trilogia de romances — *O caderno rosa de Lory Lambi*, *Contos d'escárnio/textos grotescos* e *Cartas de um sedutor* — que causou escândalo ao abordar toda e qualquer variedade da sexualidade que se possa ter notícia.

Depois vieram os não menos escandalosos *Do desejo* e *Bufólicas*, com poesias eróticas, recepcionados pela crítica francesa como sendo responsáveis *"pela elevação da pornografia à categoria de arte"*.

Evidentemente excêntrica, Hilda também sempre esteve à frente de seu tempo no que se refere à defesa dos direitos das mulheres e de sua própria independência. Em seus escritos, o universo do sagrado e do místico, da sexualidade, da loucura e da morte mescla-se com uma incontestável paixão pela vida, como demonstra o poema abaixo.

Entre seus livros, destacam-se os premiados *Ficções* (1977), *Com meus olhos de cão e outras novelas* (1986), *Cantares de perda e predileção* (1983), *Rútilo nada* (1993).

(WILSON H. DA SILVA)

"Não me procures ali
Onde os vivos visitam
Os chamados mortos.
Procura-me
Dentro das grandes águas
Nas praças
Num fogo coração
Entre cavalos, cães,
Nos arrozais, no arroio
Ou junto aos pássaros
Ou espelhada
Num outro alguém,
Subindo um duro caminho
Pedra, semente, sal
Passos da vida.
Procura-me ali.
Viva."
(Hilda Hilst)

COB DECRETA FIM DA TRÉGUA

CENTRAL BOLIVIANA ANUNCIA GREVE GERAL E PRESIDENTE MESA CHEGA A REDUZIR O SEU SALÁRIO PARA ACALMAR OS ÂNIMOS

YURI FUJITA,
da redação

Depois de três meses de trégua e expectativas no governo de Gustavo Mesa, as massas trabalhadoras começam a desmascarar o mesmo. O próprio governo declarou guerra ao movimento no dia 4 de janeiro, quando anunciou que *"o povo deveria se sacrificar mais uma vez para superar a grave crise econômica e fiscal"* existente no país. Junto com isso, Mesa prometeu, em troca de um duro ajuste fiscal, convocar o referendo sobre a venda do gás (em março) e a realização da Assembléia Constituinte (em 2005).

Contrariada, a Central Operária Boliviana (COB) apresentou uma extensa pauta de reivindicações, rejeitada pelo governo, que prometeu um ridículo aumento salarial de 3%.

Imediatamente, uma reunião ampliada da COB foi convocada. Realizada no dia 22 de janeiro, a reunião votou um indicativo de greve geral para o mês de fevereiro contra as novas medidas de Mesa. O governo, estremecido pela ameaça de ter seu mandato colocado em cheque mais rápido que imaginava, recuou nas principais medidas do chamado "pacotaço" que iria anunciar no dia 31 de janeiro.

Foto Indimedia

TRABALHADORES de El Alto durante os protestos em La Paz

DANDO OS ANÉIS PRA NÃO PERDER OS DEDOS

Entre as propostas originais de Mesa estava o aumento de 50% do gás doméstico, retirado às pressas sob ameaça de luta por parte da COB. Ainda assim, para não fugir dos planos de "austeridade fiscal" exigidos pelo FMI, Mesa anunciou medidas populistas que pudessem acalmar os ânimos da população. Em troca da liberação dos preços do gás e combustíveis, diminuiu os salários do presidente, ministros e suprimiu abonos que chegavam a 4 mil dólares. Além disso, retirou a lei que entregava o gás às transnacionais, decretando, em troca, novos impostos sobre transações bancárias e patrimônios. Ou seja, tudo isto só deixa claro que se trata de um governo extremamente débil que se encontra num impasse político entre as demandas populares e os planos do FMI.

Porém, o tiro parece que saiu pela culatra. Apesar da COB ter desmarcado a greve geral que aconteceria no dia 10 de fevereiro, os motoristas paralisaram todas suas atividades em protesto à liberação do preço dos combustíveis e bloquearam as principais estradas do país por 48 horas.

COB: O FIM DA TRÉGUA

O encontro ampliado da COB avaliou que nada mudou nos três meses de governo Mesa. *"Carlos Mesa não é mais que o continuísmo do presidente (Sánchez de Lozada) que saiu em outubro passado, mantendo via Banco Mundial e do FMI a mesma metodologia"*, afirmou Jaime Solares, presidente da COB.

O movimento já demonstrou que está disposto a lutar se não tiver suas reivindicações atendidas.

"É necessário um plano de lutas que derrote de uma vez por todas os planos do FMI no país e seu agente direto, o governo de Gustavo Mesa, na perspectiva da tomada do poder", disse um dirigente do **Movimento Socialista dos Trabalhadores** (seção da **Liga Internacional dos Trabalhadores**) na plenária da COB. ■

Juventude do PSTU presente na Bolívia

RACHEL XAVIER E JOÃO SOL,
de El Alto, Bolívia

De 23 a 25 de janeiro, ocorreu em El Alto, Bolívia, o 1º Encontro Nacional de Organizações Juvenis. Foi feita uma saudação em nome da Juventude do **PSTU**, denunciando o governo Lula e em apoio à revolução boliviana.

A Juventude Socialista do **Movimento Socialista dos Trabalhadores** defendeu a entrada da juventude na COB (Central Operária Boliviana), o apoio à nova greve geral, a derrubada do governo neoliberal de Mesa, a nacionalização do gás e o poder à COB.

A direção do evento, ligada ao MAS de Evo Morales e a ONGs, era contra a aprovação de qualquer plano de lutas, e se utilizou de golpes para evitar a discussão. Um grande bloco de oposição se retirou do Encontro, chamando a construir uma Coordenação Nacional que organize a luta junto com os trabalhadores.

Evo Morales ataca a COB e defende o governo

YURI FUJITA,
da redação

O anúncio da greve geral começou a desmascarar não só o governo de Mesa. Diante da nova possibilidade de desestabilização do regime, Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), apressou-se em sair em defesa da "democracia", do Parlamento, do próprio governo Mesa e contra a COB. *"Quem diz que o Parlamento vai fechar não aceita a democracia. Só estão buscando um golpe de Estado, uma ditadura, que é o que quer a Embaixada dos EUA e Sánchez de Lozada"*, afirmou.

Por trás da rejeição de Evo à convocatória da COB está seu interesse em garantir a estabilidade política do país até as eleições presidenciais de 2007. O dirigente do MAS, desde que obteve o segundo lugar nas últimas eleições, tem apostado na via eleitoral e subordinado

toda sua ação política a possibilidade de se eleger.

No ano passado, o que vimos foi a vacilação de Evo diante da convocatória de greve da COB que derrubou o presidente *Goni*. O que vemos, agora, é Evo Morales dando todo seu apoio ao governo Mesa em nome da manutenção do regime democrático burguês, ainda que este continue cumprindo fielmente o programa econômico do FMI e aprofundando a miséria dos trabalhadores bolivianos. ■

PELO MUNDO

YURI FUJITA,
da redação

Insurreição popular toma conta do Haiti

Desde o início de janeiro, uma forte onda de protestos localizados na capital do Haiti, Porto Príncipe, se espalhou pelo país. No dia 5 de fevereiro, Gonaives, a quarta maior cidade do país, com 20 mil habitantes, foi ocupada pelo grupo de rebeldes conhecido como *Frente de Resistência Revolucionário de Artibonite*, expulsando a polícia e o prefeito do local.

Segundo a imprensa haitiana, já são 11 as cidades controladas pela população, que exige a renúncia imediata do presidente Jean-Bertrand Aristide.

Equador: atentado contra presidente da Conaie

No dia 1º de fevereiro, o presidente da Conaie (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador), Leônidas Iza, sofreu uma tentativa de assassinato quando retornava do III Encontro Hemisférico contra a Alca, realizado em Cuba. Acompanhado por seus familiares, Iza foi protegido por seu filho que levou dois tiros a queima-roupa e se encontra ainda em estado grave. A Conaie acusa o governo Lúcio Gutierrez de ser o mandante do crime, já que, meses antes, ele havia divulgado uma lista de opositores ao governo que estavam ameaçados pelas "armas e as leis".

Greve Geral na República Dominicana

Durou dois dias a greve geral convocada em janeiro pelo Coletivo de Organizações Populares da República Dominicana. Nos dias 28 e 29, 97% do país estava paralisado em protesto à política econômica do presidente Hipólito Mejía e exigia sua saída do governo. ■

II Encontro de Negros e Negras do PSTU discute combate ao racismo e ao capital

Foto Eduardo Henrique

WILSON H. DA SILVA,
da redação

Entre 30 de janeiro e 1º de fevereiro, ocorreu, em São Paulo, o II Encontro Nacional de Negros e Negras do PSTU, contando com a participação de 32 delegados, de seis diferentes estados, além de cerca de 20 convidados e observadores. O Encontro foi um importante momento para atualizar o programa de combate ao racismo e para discutir formas de avançar na estruturação da Secretaria Nacional.

O debate político teve início com um informe sobre a situação de negros e negras no atual cenário internacional, com destaque para as relações entre o processo de globalização e o racismo. Como destacou Dayse Oliveira, professora de São Gonçalo (RJ) e ex-candidata à vice-presidência pelo PSTU, em 2002, "*além de atacar nossas conquistas históricas, como vem ocorrendo nos Estados Unidos, as reformas neoliberais e os planos de recolonização do imperialismo têm afetado particularmente a vida de negros e negras nos chamados países periféricos. Aqui no Brasil, o maior exemplo disto é a tentativa de implementação da Alca. Se é verdade que o plano imperialista significará um enorme ataque contra todos os trabalhadores, para aqueles que foram historicamente marginalizados como nós, a Alca é literalmente uma catástrofe*".

Neste ponto, também foi debatida a participação em campanhas internacionais, como em defesa da vida e da liberdade do jornalista norte-americano Mumia Abu-Jamal e de denúncia dos constantes ataques neofascistas em toda a Europa.

Foi consensual a avaliação de que o governo Lula além de, praticamente, não estar fazendo nada para atender as reivindicações do movimento negro - a proposta de cotas, por exemplo, até o momento não saiu do papel - tem contribuído na continuidade da marginalização da população negra na medida em que tem avançado na aplicação dos planos neoliberais e governado em íntima aliança com a burguesia, principal agente de utilização do racismo como forma de superexploração de negros e negras. Neste sentido, o II Encontro reafirmou a exigência de que Lula não só rompa com a burguesia e os setores patronais, como também com o FMI e os acordos da Alca. Também foi ratificada a resolução do PSTU sobre cotas, nos marcos da exigência de que qualquer política reparatória deve ser aplicada com dinheiro proveniente do não pagamento da dívida externa.

O segundo dia do Encontro foi dedicado ao debate sobre a atualização do programa, a estruturação da Secretaria de Negros e Negras em todo o país e votação de uma nova direção. Como destacou Toninho *Toshiba*, metalúrgico e ex-candidato a senador em Belo Horizonte (MG), *"o desafio colocado para os negros e negras do PSTU é dar um corte de raça em todas as instâncias e movimentos da classe trabalhadora, da juventude e entre os demais setores explorados e oprimidos do país. Nossa luta é de raça e classe e, por isso, deve ser travada no interior dos sindicados, do movimento estudantil, popular de mulheres e GLBT, com o objetivo de fazer valer a máxima de Malcolm X, que adotamos como nosso lema: não há capitalismo sem racismo, conseqüentemente, não há como lutar contra um, sem combater o outro."* ■

NO DETALHE
Dayse Oliveira ex-candidata à vice-presidência pelo PSTU, em 2002

WWW.PSTU.ORG.BR

Veja as resoluções do II Encontro de Negros e Negras e o programa de combate ao racismo do PSTU.
www.pstu.org.br/negros.asp

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

ALAGOAS

- **MACEIÓ**
  R. Pedro Paulino, 258
  Poço (82) 336.7798
  maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

- **MACAPÁ**
  Av. José Antônio Siqueira, 941, Laguinho (96) 9965-0612
  macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

- **MANAUS**
  R. Luiz Antony, 823 - Centro
  (92)234.7093
  manaus@pstu.org.br

BAHIA

- **SALVADOR**
  R.Fonte do Gravatá, 36
  Nazaré (71)321.3632
  salvador@pstu.org.br
- **ALAGOINHAS**
  R. 13 de Maio, 42 - Centro
  alagoinhas@pstu.org.br
- **ILHÉUS**
  R. Conselheiro Dantas, 20 - Centro

CEARÁ

- **FORTALEZA**
  fortaleza@pstu.org.br
  CENTRO
  Av. Carapinima, 1700 - Benfica
  BARRA
  Rua Tulipa, 250 - Jardim Iracema
  GRANJA PORTUGAL
  Rua Taquari, 2256
  MARACANAÚ
  Rua 1, 229 - Cj. Jereissati1
- **JUAZEIRO DO NORTE**
  R. Santa Cecília, 480A, bairro Salesiano

DISTRITO FEDERAL

- **BRASÍLIA**
  Setor Comercial Sul - Quadra 2 - Ed. Jockey Club - Sala 102
  brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

- **VITÓRIA**
  Av. Princesa Isabel, 15 - Ed. Martim de Freitas, 1304 -Centro

GOIÁS

- **GOIÂNIA**
  R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11, Setor Leste Universitário - (62)261-8240
  goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

- **SÃO LUÍS**
  (98)276.5366 / 9965-5409
  saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

- **CUIABÁ**
  Av. Couto Magalhães, 165
  Jardim Leblon
  (65)9956.2942 9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

- **CAMPO GRANDE**
  Av. América, 921 Vila Planalto
  (67) 3840144
  campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

- **BELO HORIZONTE**
  bh@pstu.org.br
  CENTRO
  Rua da Bahia, 504 - sala 603 - Centro (31)3201.0736
  CENTRO - FLORESTA
  Av. Paraná 191, 2º andar - Centro
  BARREIRO
  Av. Olinto Meireles, 2196 sala 5
  Praça da Via do Minério
- **CONTAGEM**
  Rua França, 532/202 - Eldorado
- **JUIZ DE FORA**
  juizdefora@pstu.org.br
- **UBERABA**
  R. Tristão de Castro, 127 - (34)3312.5629
  uberaba@pstu.org.br
- **UBERLÂNDIA**
  R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

- **BELÉM**
  belem@pstu.org.br
  SÃO BRÁS
  Av. Gentil Bittencourt, 2089 - (91)259.1485
  ICOARACI
  Conjunto da COHAB, Trav. S1, 111
  (91) 9993.5650 / 227.8869
- **CAMETÁ**
  Tv. Maxparijós, 1195 - Bairro Novo
- **SÃO FRANCISCO DO PARÁ**
  Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara Municipal) (91) 96172944

PARAÍBA

- **JOÃO PESSOA**
  R. Almeida Barreto, 391 -1º andar - Centro (83)241-2368 -
  joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

- **CURITIBA**
  R. Alfredo Buffren, 29/4, Centro

PERNAMBUCO

- **RECIFE**
  R. Leão Coroado, 20/1º andar, Boa Vista (81)3222.2549
  recife@pstu.org.br
- **CABO DE SANTO AGOSTINHO**
  Rua José Apolônio
  nº 34 A - Cohab

PIAUÍ

- **TERESINA**
  R. Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

- **RIO DE JANEIRO**
  rio@pstu.org.br
  PRAÇA DA BANDEIRA
  Tv. Dr. Araújo, 45 - (21)2293.9689
  CAMPO GRANDE
  Estrada de Monteiro, 538/Casa 2
  JACAREPAGUÁ
  Praça da Taquara, 34 sala 308
- **DUQUE DE CAXIAS**
  R. das Pedras, 66/01, Centro
- **NITERÓI**
  R. Visconde de Itaboraí, 330 - Centro (21)2717.2984
  niteroi@pstu.org.br
- **NOVA FRIBURGO**
  Rua Souza Cardoso, 147 - Vila Amélia - *friburgo@pstu.org.br*
- **RIO DAS OSTRAS**
  Alameda Casimiro de Abreu, 300 loja 114 Centro
- **NOVA IGUAÇU**
  R. Cel. Carlos de Matos, 45 Centro
- **VALENÇA**
  valenca@pstu.org.br
- **VOLTA REDONDA**
  Rua 2, 373/101 - Conforto

RIO GRANDE DO NORTE

- **NATAL**
  CIDADE ALTA
  R. Dr. Heitor Carrilho, 70
  (84) 201.1558
  ZONA NORTE
  Av. Maranguape, 2339
  Conj. Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

- **PORTO ALEGRE**
  R. General Portinho, 243
  (51) 3286.3607 -
  portoalegre@pstu.org.br
- **BAGÉ**
  Rua do Acampamento, 353 - Centro - (53) 242.3900
- **CAXIAS DO SUL**
  Rua do Guia Lopes, 383, sl 01
  (54) 9999.0002
- **GRAVATAÍ**
  Rua Dr. Luiz Bastos do Prado, 1610/305 Centro (51) 484.5336
- **PASSO FUNDO**
  XV Novembro, 1175 - Centro - (54) 9982-0004
- **PELOTAS**
  Rua Santa Cruz, 1441 - Centro - (Próximo a Univ. Católica)
  (53)9126.7673
  pelotas@pstu.org.br
- **RIO GRANDE**
  (53) 9977.0097
- **SANTA MARIA**
  (55) 9989.0220 -
  santamaria@pstu.org.br
- **SÃO LEOPOLDO**
  Rua João Neves da Fontoura,864
  Centro 591.0415

SANTA CATARINA

- **FLORIANÓPOLIS**
  Rua Nestor Passos, 104 Centro
  (48)225.6831 *floripa@pstu.org.br*

SÃO PAULO

- **SÃO PAULO**
  saopaulo@pstu.org.br
  CENTRO
  R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11)3313.5604
  ZONA LESTE
  Av. São Miguel, 9697
  Pça do Forró - São Miguel
  (11) 6297.1955
  ZONA OESTE
  Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3483 Butantã - (11)3735.8052
  ZONA NORTE
  Rua Rodolfo Bardela, 183
  (tv. da R. Parapuã,1800)
  Vila Brasilândia
  ZONA SUL
  SANTO AMARO
  R. Cel. Luis Barroso, 415 - (11)5524-5293
  CAMPO LIMPO
  R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 - piso superior
- **BAURU**
  R. Cel. José Figueiredo, 125 - Centro - (14)227.0215-
  bauru@pstu.org.br
  www.pstubauru.ig.com.br
- **CAMPINAS**
  R. Marechal Deodoro, 786
  (19)3235.2867-
  campinas@pstu.org.br
- **CAMPOS DO JORDÃO**
  Av. Frei Orestes Girard, 371 sala 6 - Bairro Abernéssia
  (12)3664.2998
- **EMBU DAS ARTES**
  Av. Rotary, 2917 - sobreloja
  Pq. Pirajuçara
  (11) 4149.5631
- **FRANCO DA ROCHA**
  R. Washington Luiz, 43 Centro
- **GUARULHOS**
  R. Miguel Romano, 17 - Centro
  (11) 6441.0253
- **JACAREÍ**
  R. Luiz Simon,386 - Centro
  (12) 3953.6122
- **LORENA**
  Pça Mal Mallet, 23/1 - Centro
- **OSASCO**
  R. São João Batista, 125
- **RIBEIRÃO PRETO**
  R. Saldanha Marinho, 87
  Centro - (16) 637.7242
  ribeiraopreto@pstu.org.br
- **SANTO ANDRÉ**
  Rua Oliveira Lima, 279
  sala 5 - 2º andar
- **SÃO BERNARDO DO CAMPO**
  R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
  (11) 4339-7186
  saobernardo@pstu.org.br
- **SÃO CAETANO DO SUL**
  Rua Eng. Rebouças, 707
  (esq. com Amazonas)
  Oswaldo Cruz
  (11) 4238-7883
- **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
  sjc@pstu.org.br
  VILA MARIA
  R. Mário Galvão, 189
  (12)3941.2845
  ZONA SUL
  Rua Brumado, 169 Vale do Sol
- **SOROCABA**
  Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vila Carvalho (15)211.1767
  sorocaba@pstu.org.br
- **SUMARÉ**
  Av. Principal, 571 - Jd. Picemo I
- **SUZANO**
  suzano@pstu.org.br
- **TAUBATÉ**
  Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

- **ARACAJU**
  Pça. Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Fonolândia
  aracaju@pstu.org.br

SEDE NACIONAL
R. Loefgreen, 909
Vila Clementino - São Paulo (SP)
CEP 04040-030
(11) 5575.6093

NA INTERNET

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
memoria@pstu.org.br